

Palestra proferida na XII Semana de Iniciação Científica, em 24.11.2009, no salão de Atos da URCA, às 19 horas.

PALESTRA – XII SEMANA DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA *

(Professor em sala de aula: como trabalhar os novos paradigmas sociais.)

Minhas boas vindas a todas e todos. Especialmente aos futuros professores e atuais professores. Enfatizo os futuros professores, por que com eles desejo compartilhar essa pequena reflexão em forma de palestra no sentido de encontrar algumas direções de como melhorar a ação pedagógica em relação a alguns temas atuais e polêmicos e de difícil pedagogização em sala de aula. Tentarei construir uma reflexão sobre a família, tipos de família, a diversidade, o natural e o normal como validação social, o preconceito dentro das relações homoafetivas onde o preconceito se estabelece com mais intensidade no atual momento social. Como trabalhar os estes paradigmas sociais em sala de aula? Eles não são novos, eles existem e se mobilizam ao longo da construção da história cultural humana.

Os professores que já estão em sala de aula e que trabalham estes temas, certamente já tem uma maneira própria de socializar alguns temas aqui expostos. Com suas experiências podem enriquecer esta reflexão com a sua participação. A palestra está com os organizadores da semana em Cd e também digitada na íntegra para ser reproduzida por quem se interessar, como também estará disponível no meu blog e sítio eletrônico em que poderão ser direcionadas sugestões para melhorar a minha visão de como trabalhar estes temas em sala de aula. Ao participar desta e de outras produções cognitivas estamos nos aproximando da nova forma de articular o conhecimento: tornar sua produção coletiva e acessível a todos. O conhecimento não tem autoria. Ele é co-produzido sempre. Não existe ninguém que produza algo sem recorrer ao menos ao pensamento de outro autor.

Os endereços eletrônicos estão no final da reflexão.

Ao iniciar a reflexão para escrever o que pensava em dizer para vocês fiz-me a pergunta: existem paradigmas sociais hoje ainda? Na educação, existem? Na família, existem? Nas relações humanas, existem paradigmas a serem seguidos? Na política? Nas religiões? Enfim... que modelos temos que podemos seguir com segurança?

As perguntas acima formuladas devem levar a realidades que as respondem de forma positiva ou negativa. A mobilidade social mostra que não há mais forma de se vestir, de se comportar, de agir, de se relacionar, enfim, não há modelos a imitar. Assim, pintar os cabelos de rosa e verde pode ser uma combinação válida. Enquanto que raspar meu cabelo pode ser uma defesa dos cabelos que não tenho. Usar uma saia curta, sensual em sala de aula pode ser um modelo adequado para uma moça mesmo que seus próprios colegas a censurem por tal atitude. Os ambientes – culturais ou não – não são mais suficientes para estabelecer como devo me comportar. Talvez amanhã, ou depois, alguma menina entra só de calcinha na sala de aula e muitos vão pensar que isso é absolutamente normal, ou pior, natural. A diversidade diz que devemos respeitar o diferente, as opiniões de todos, mas não orienta como estas diferenças devem se traduzir em comportamentos nos espaços que são entornos de convivência de todas as diferenças. E não é possível que todos as diferenças se traduzam em comportamentos ao mesmo tempo nos espaços culturais, enfaticamente nos espaços educacionais. Se assim o será, o caos vai se instalar fatalmente. Mesmo que não os temos, os paradigmas ou modelos que orientam comportamentos são necessários.

Todos os temas que se estabelecem como necessários e por vezes se tornam polêmicos na relação pedagógica estão diretamente conectados com a educação. Esta educação tem componentes amplos e específicos. Isto significa dizer que há dimensões que são específicas da família e outras que são específicas da escola. Em outra ponta encontramos temas que são gerados na mobilidade social e que precisam ser atualizados nas famílias e nas escolas. Família e escola, muitas vezes precisam ajustar-se ao que está acontecendo na sociedade. O contrário é mais raro ocorrer hoje. Já se foi o tempo em que

aprendíamos na escola como nos comportar e agir na sociedade. Hoje, parece o contrário. A sociedade parece dizer como devemos nos comportar na escola e na família.

Nas minhas aulas de psicologia o tema família sempre está presente nas aulas. Costumo iniciar as socializações com os alunos com o tema família. Penso que ainda se constitui a base de nossas sociedades, mesmo que tenhamos de pensar em adequar essa base às novas demandas sócio-histórico-culturais.

Ao iniciar a dialética sobre o tema neste semestre um aluno-professor, que atua em uma escola do sítio, relatou uma situação muito preocupante. Um menino de três anos, da pré-escola, literalmente cuspiu em uma das professoras que orienta esta e outras crianças. A pergunta é: alguém de vocês conhece alguma norma, alguma regra, um paradigma que orienta como agir em uma situação dessas? A resposta é NÃO! Os professores, de maneira geral, não sabem como proceder. Vamos chamar os pais? Vamos resolver na escola? De quem é a culpa? Mesmo que cada um de nós encontre uma resposta que possa ser aplicada, ela não encontra eco coletivo entre nossos parceiros. Então, na educação, não temos paradigma que nos possa orientar de forma segura.

Por essa razão, o estado de São Paulo, lançou uma cartilha tentando orientar deveres e direitos escolares. O comportamento permissivo de alunos, e também de professores está provocando uma mudança de atitudes em relação ao ambiente escolar. Começamos perceber que toda permissividade, socialmente fomentada por discursos, orientações e defesa da liberdade dos adolescentes em suas atitudes, precisam ser repensadas. Nada melhor que a reflexão sobre estas e outras dimensões para encontrar caminhos que podem viabilizar uma melhor convivência. É uma pena que a reflexão sobre os comportamentos polêmicos sempre ocorrem quando ninguém mais concorda com o rumo que a situação está tomando.

Se uma criança de três anos cospe em seus professores, se temos alunos que entram na idade escolar depredando, vilipendiando toda escola – e também os professores – não seria hora de perguntar: será que alguma coisa está errada na família? A criança de três anos vem de uma família. Será que ela aprendeu a

cuspir em outros humanos lá, na família? Será que os exemplos que ela imitou – e continua imitar pelo resto da vida – mostraram a ela que cuspir em outras pessoas é bom, é correto, é ético, é moral? Que paradigma, ou que modelo de família nós temos hoje?

As relações humanas seguem o mesmo caminho da família. Se a família se desarticular, como parece indicar, as relações humanas também se desarticularão.

Hoje, no atual momento social, não há como estabelecer que alguma forma de relação seja paradigma ou possa ser modelo a ser seguido. Cada um e cada uma de vocês pode inventar a sua maneira de ser e até de pensar. Há quem defenda que não escolhemos ser heterossexuais ou homoafetivos. Isto significa dizer que a natureza já não manda mais em nada. A cultura tomou o lugar desta. Nascer mulher não significa se você nasce com um pênis ou uma vagina, e sim de como você vai se comportar diante dos outros. Ser homem não significa se você tem membros sempre considerados do sexo masculino. A medicina pode lhe ajudar para mudar membros e alterar dimensões biológicas para se aproximar daquilo que a natureza se enganou em lhe dar. Normalizar o que é natural – ou o que sempre se entendeu por ser natural – parece ser o grande movimento da diversidade. Assim, nas relações humanas somos levados a respeitar toda forma de relação que a diversidade julgar por bem aprovar ou defender. E na sala de aula, como vou trabalhar isto, sem gerar conflito de ideias, de princípios, de valores e de convicções? A família, a religião, a moral, a ética, ainda tem lugar nesta conversa? Vamos refletir sobre isto durante esta pequena reflexão hoje a noite.

Nem todos os temas são polêmicos ou estão sendo discutidos em suas devidas dimensões por professores. Alguns temas nem preocupam a maior parte dos profissionais da educação. Por exemplo, em relação à categoria “família”, o que se discute na escola é o conflito que existe entre o papel da escola e da família. A família diz que a escola não está cumprindo o seu papel junto aos filhos; a escola diz que a família deixou de exercer o papel de dar uma educação básica para os filhos acolhidos pela escola. Enquanto trocam ideias, entre quem está

certo ou errado, poucos são os professores e educadores que estão preocupados com a atual desarticulação e mudança nuclear da família em todos os sentidos.

A diversidade sexual, especialmente temas como a homoafetividade, homossexualidade, lesbianismo, gravidezes na adolescência e a própria atividade sexual entre os jovens ainda não encontram na sala de aula a devida orientação. Embora a sexualidade está obtendo espaços na mídia e na formação de educadoras, ainda está sendo tratada com tabus, inclusive nos próprios meios midiáticos que se desejam livres de tabus. Assim os nomes dos elementos sexuais são substituídos por “pinto”, “hora H”, “na hora do vamo vê”, etc. Se desejo falar de sexualidade, sem tabus, preciso lembrar que cada membro do corpo humano e suas ações têm um nome certo e adequado. E na hora de uma relação educativa com estes temas eu preciso usar os nomes adequados e fugir de qualquer tabu, preconceito ou limitação de linguagem.

A diversidade, de forma geral, vem gerando sucessos e fracassos na relação pedagógica na maior parte dos espaços educacionais. Ao mesmo tempo em que trouxe avanços está trazendo muitos conflitos em que os educadores não sabem como se orientar e nem de como agir. **Exemplo:** todos sabemos que na Itália, alguns dias atrás, um crucifixo – símbolo católico – teve de ser levado a instâncias judiciais para definir que ações seriam apropriadas ao caso no entorno educativo. Temos hoje em torno de 200 religiões oficializadas que se dizem proprietárias do caminho que leva à salvação e felicidades eternas. Ressaltando que as crenças são inumeráveis, podendo ultrapassar já a casa do milhar. Como fazer para colocar em uma mesma sala de aula os 200 símbolos religiosos que poderiam ser abordados em sala de aula? Vamos colocar todos? Nenhum? Alguns? Se alguém de vocês souber de alguma orientação, por favor, ajude-me. Não existe orientação clara para esta e outras questões similares em qualquer lugar do mundo hoje. Mas, o respeito a diversidade implica que o educador saiba trabalhar estes temas sem discriminar qualquer aluno, respeitando-lhe as diferenças culturais. Como fazer isso? Eis um desafio mais que atual e urgente.

Diante desta e de outras dimensões pretendo compartilhar a minha opinião de como podem ser trabalhados estes e outros temas importantes. Vou me apoiar

na socialização que faço em sala de aula e em releituras de realidades em que bons exemplos podem ser elencados. Talvez na socialização dos temas em sala de aula resida o principal fator de sucesso ou fracasso em torno das categorias que iremos trabalhar. De um modo geral, nós educadores não estamos bem preparados para lidar com uma socialização eficiente em sala de aula. Digo que uma socialização começa ser eficiente quando o aluno se sente à vontade para dizer o que pensa sobre um assunto. Inclusive e especialmente dizer se discorda do professor. Conseguir que todos os alunos se sintam realmente despidos do medo e da insegurança do professor é algo bastante utópico. E quando conseguimos convidar os alunos para usar a oralidade como instrumento de formação e agregação de conhecimento, eles enfrentam seus próprios medos e suas temidas inseguranças em relação aos próprios colegas. Os resultados ao longo de um período sempre são positivos.

Para conseguir estes resultados temos dois trabalhos: 1) trabalhar o mito que ainda persiste entre professores e alunos: o professor sabe e o aluno não sabe. Isto não tem mais sentido. Mas infelizmente ainda está presente na maior parte de nossas salas de aula; 2) incentivar e conseguir que o aluno se expresse ou busque o questionamento em viva voz quando tem vontade. O sucesso da socialização e a efetiva construção do conhecimento coletivo não têm outro caminho a não ser escutar o aluno e com ele articular conhecimentos novos ou agregar elementos a verdades que estão subjacentes ao conhecimento que estamos dialetizando.

Quando o aluno se expõe aos demais colegas, colocando seu ponto de vista, eu como professor devo me colocar diante dele como mediador. Isto significa que o que ele diz está certo no modo de pensar dele, do aluno. Corrigir um aluno na frente dos colegas discentes é apagar uma oportunidade de gerar conhecimento, de socializar temas a partir do que sabem os próprios alunos. O aluno e mesmo nós adultos não gostamos quando alguém nos diz que estamos errados. Isso não significa que não devemos corrigir o aluno em seu modo de pensar. Mas precisamos fazer isso a partir daquilo que ele pensa e não a partir do que nós pensamos. Convidar o aluno para agregar novos valores cognitivos,

provocar novas observações de colegas sobre o mesmo tema pode gerar a socialização que irá movimentar-se para atualizar o pensamento daquele aluno que a princípio não estava com o modo de pensar conforme o que se pretendia. Os próprios colegas fazem a mediação junto com o professor. O aluno não se sente errado e sim sente a necessidade de aprender e saber mais.

Para pretender uma socialização eficiente sobre temas polêmicos em sala de aula faz-se necessário deixar claro alguns conceitos. Ao meu modo de ver e trabalhar, quatro são os temas que não estão claros quando se polemiza categorias. São eles: natural e normal e conceito e pré-conceito. Deixar claro o que é natural e o que é normal antes de começar discutir os temas polêmicos é pressuposto, é base. Depois, todos da mesma sala devem entender o que é conceito e o que se caracteriza como pré-conceito. Não pode haver conflito no entendimento destas quatro categorias.

Comecemos pelo natural e o normal. De maneira objetiva e simples, podemos dizer que o normal é criado pelo homem, pela cultura. O natural tem leis próprias que homem algum pode modificar, mas pode direcionar. As leis naturais podem ser transferidas, direcionadas para fenômenos normais, que assim se tornam fenômenos com leis naturais. A lei natural é imutável. A lei normal, ou social, muda conforme a cultura que se instala em um determinado grupo humano. Exemplos simples das tuas leis. O leito de qualquer rio precisa de um espaço para dar vazão às águas que vem das chuvas. Isso é natural. E natural seria que nenhum homem precisaria construir sua residência nessa margem natural do rio. Mais natural seria que o Estado impedisse que pessoas fizessem do leito do rio seu único cantinho de moradia. Mas, torna-se normal admitir e até planejar condomínios no leito do rio e em alguns casos dentro do próprio rio.

Vem a chuva, as águas precisam vazar e não encontram seu leito natural desocupado para sua ação natural. O que acontece? As casas sofrem com as águas entrando pela porta, pela janela e por fim até pelo telhado. E lá vem a manchete: ÁGUAS INVADEM CASAS DO CONDOMÍNIO. A manchete deveria ser: casas que invadiram o leito do rio sofrem consequência de sua irresponsabilidade e são invadidas pelas águas. Temos aqui um exemplo

recorrente de como nós humanos tentamos de todas as formas normalizar a lei natural. Achamos normal invadir o leito de um rio que é um espaço natural das águas e como tal deveria ser respeitado. Caso contrário pode haver consequências. O mesmo exemplo pode ser aplicado às diferentes regiões do mundo onde se sabe cientificamente que ocorrem terremotos, tsunamis e outros fenômenos naturais. Mas o homem continua invadir essas áreas e pior, pensando que o que está fazendo é natural. Quantas tragédias poderiam ser evitadas se o natural fosse respeitado e não normalizado.

Vamos a um exemplo humano, presente em muitas dimensões sociais. Muitos de nossos sofrimentos humanos poderiam ser evitados com informação e orientação. Você namora um rapaz que bebe e que está envolvido com drogas, ou que manifesta tendências agressivas. Na família dele há exemplos claros de pessoas que casaram e o casamento foi infeliz. O “amor” – aquele amor sublime, que nos torna cegos –, não admite que eu pense que o meu casamento vá ser de sofrimento por causa dos motivos que no namoro já se apresentam como claros. Mas, eu não quero ver. O meu casamento vai ser diferente. E em todas as situações em que se briga por conta desses motivos a promessa é de melhorar. Mas, no decorrer do namoro nada muda. Só piora. Mesmo sabendo do risco, vai haver o casamento. A tendência é que este casamento está fatalmente sujeito ao sofrimento, tristeza e arrependimento. A educação, nestas situações, precisa informar e orientar. Não determinar. A pessoa precisa ser livre para fazer suas escolhas. Mas, ela precisa saber que tendências podem lhe ser parceiras em sua vida a partir de suas escolhas. Este é o papel da educação.

Alguém poderia dizer: mas professor, eu poderia namorar alguém que antes do namoro não bebe e depois do casamento começa beber. E alguém que bebe antes do casamento, necessariamente não irá beber para a vida toda. É verdade. Mas a tendência nunca é essa. A tendência e a probabilidade é que: quem bebe antes do casamento, quem indica sinais de ser agressivo antes do casamento, tende a ser também depois do casamento. E com um agravante, com mais intensidade. Quando acontece o contrário, constitui-se uma exceção. Guiar-se pelas exceções pode ser aceitável, mas pode não se confirmar na vida real.

De fato, não temos a possibilidade de saber o que irá ou não acontecer depois de feitas as nossas escolhas. Isso o ser humano, infelizmente, ou felizmente, ainda não tem condições de saber com certeza. Na vida podemos fazer apostas, acreditar em tendências, em possibilidades e até acreditar que as exceções podem acontecer também na nossa vida. Mas, educação e orientação sempre ajudam.

Estes dois exemplos servem para indicar de como o ser humano não se guia pela lei natural e sim toma como normal àquilo que é natural. Quer dizer, a lei natural não perdoa ninguém em seu curso e em seu movimento. Pelo contrário, atropela quem se atravessar em seu caminho.

Mais uma vez, ao meu ver a educação tem um de seus papéis direcionados a orientar as futuras gerações que muitas situações podem ser evitadas com uma boa e correta orientação a partir de informações. A partir destas orientações e informações devemos fomentar os nossos alunos a tomarem as suas próprias decisões. Assim, estamos fazendo os alunos a pensar por conta própria respaldados pela educação.

Portanto, a lei natural é aquela que rege a vida. Não pode ser mudada, mas pode ser ajustada. O problema da sociedade atual é querer e achar que pode normalizar a natureza. Não é possível normalizar a natureza da vida, das relações, das dimensões. Em sociedade precisamos de leis normais, morais, religiosas, sociais. Sem ajustar os comportamentos humanos a padrões aceitáveis socialmente, não há como viver em sociedade. E parece que uma sociedade ideal está longe de ser alcançada quando olhamos para os atuais comportamentos que regem a nossa vida social. Isto ocorre porque não temos clareza sobre os comportamentos aceitáveis em nossas relações. Como já diz na Bíblia: “tudo me é permitido, mas nem tudo me convém”. É este “permitido” e este “convém” que caracteriza o equilíbrio entre uma sociedade sadia e outra doente. E nossa sociedade está doente. O que a educação pode fazer para melhorar a nossa sociedade? Ensinar de forma clara o que é natural e o que é normal e de como estas duas dimensões se fazem presentes na sociedade, já é muito importante.

Neste sentido vamos tentar caracterizar o que deve ser entendido como natural e normal quando trabalhamos em sala de aula temas polêmicos e delicados. Vou me posicionar inicialmente em dois temas que considero essenciais e cruciais atualmente. Em todos os demais temas a mesma transgressão do natural e normal pode ser aplicada. Os dois temas que considero mais delicados no sentido de todos saberem o que significam são família e a diversidade sexual. Os demais resultam da interação destes dois eixos temáticos centrais.

Comecemos pela família.

Vamos tentar responder o que é uma família natural? O que significa uma família tipo natural? O que é uma relação humana natural? Também temos de responder o que é uma família normal? O que vem a ser a normalização de relações familiares diversas? Em que sentido a diversidade pode ser positiva e negativa nas relações familiares e educacionais? Como ter clareza sobre o que é pré-conceito, conceito e preconceito.

Uma pequena viagem na história da família é necessária para entender a evolução desta até os dias de hoje. Na universidade e em todo ambiente educativo deve se permitir a discussão. E a discussão precisa ter base na história, no presente e nas perspectivas de futuro. Então, para que eu professor tenha propriedade e autoridade para falar sobre as mudanças que estão se operando na instituição família tenho de saber como a atual família chegou até aqui. Sem este mecanismo histórico pode ficar difícil entender certas razões que hoje justificam, ou não, as mudanças significativas e tão controversas pelas quais está passando a nossa família.

Dentro da história, a família passou por muitas mudanças e esta mudança não cessará jamais. Mudar é positivo, mesmo que vez ou outra o resultado da mudança é negativo. É natural a evolução e adaptação à sua cultura, às suas condições materiais criadas pela natureza e também pela tentativa do homem de naturalizar dimensões da natureza, como por exemplo a própria família. Hoje temos em nossa sociedade a família natural e a família normal que é criada pela sociedade. O normal sempre é criado pelo homem. O natural obedece a leis e

movimentos imutáveis, como já vimos antes e como vou reforçar mais vezes ao longo do texto.

Vamos olhar a família a partir do momento histórico bíblico que é sempre uma referência histórica em que nos baseamos para temas sociais de maior significado. Nos tempos bíblicos o modelo de família era a patriarcal. Isso significa, em palavras simples que a mulher era propriedade do homem, assim como eram os bens, os animais, os negócios, os escravos, etc. O casamento era um acordo entre famílias e que sempre tinha um interesse subjacente. Os cônjuges não eram consultados. Os noivos se viam no dia do casamento e, normalmente permaneciam casados pelo resto da vida, já que a mulher que se divorciava do homem na época perdia seu valor perante a sociedade.

Esta mentalidade perpassa a sociedade até o século XII quando o consentimento dos noivos é contemplado. Vale lembrar, no entanto que em nossa sociedade, nos dias de hoje ainda temos muitos homens que ainda pensam que a mulher deve se submeter ao homem, que ela é uma “propriedade” do homem. É o machismo e o preconceito ainda encontrando lugar para sobreviver diante de toda modernidade que vigora nos tempos atuais. Estas realidades encontram-se presentes em nossas salas de aula aqui mesmo da URCA e certamente estão presentes nas realidades em que vocês professores estão ou irão atuar. É preciso permitir dentro da sala de aula uma socialização para que o pensamento machista encontre confronto entre mulheres e homens que não mais concordam com esta atitude. Só a dialética e a desconstrução do preconceito pode permitir a mudança de pensamento dos que ainda assim pensam.

Somente em 1948, com a Declaração Universal dos Direitos Humanos, a mulher começou ter a possibilidade de lutar pelos seus direitos. Sessenta anos depois a mulher continua lutando para obter espaços e seu direito reconhecido, não por uma sociedade machista, preconceituosa, mas pelo homem. Onde quer que a mulher seja submetida a desvalorização a relação está sempre associada aos comandos de um homem, ou de vários. A questão inferior da mulher no trabalho, normalmente está associada ao homem. Em geral onde os salários, normas e princípios são norteados pelo governo, ou pelas leis, a mulher sofre

menos no que consiste na contemplação dos seus direitos. Claro, temos exceções também neste campo. Mas em geral, as leis, programas sociais, programas de governo atingem homem e mulher de forma igual.

Com a abertura do conhecimento, ou o livre acesso ao mesmo, ou ainda a desconstrução dos dogmas e das verdades absolutas, que começa ganhar força coletiva nos anos sessenta do século passado, inicia-se também boa parte da mudança do comportamento social que hoje é uma das dimensões mais preocupantes dentro da educação. Hoje crianças de 3 anos, ainda no jardim 1 cospem na professora e quando a mãe é chamada ela acha que isso não é motivo para problema e ainda diz à professora que ela – a professora – deveria ensinar como é correto agir para a criança. Isto acontece aqui na nossa região, segundo relatos de alunos graduandos em sala de aula aos quais já me referi anteriormente. Quer dizer, não precisamos nos referir a São Paulo ou o Rio de Janeiro para falar sobre os comportamentos dos nossos adolescentes e jovens que atormentam professores em sala de aula. Os exemplos estão aqui, pertinhos de nós.

O respeito à diversidade, à multiculturalidade, a globalização e a gradativa transformação de diferenças naturais em diversidades de gênero permitiram significativos e importantes avanços sociais. Para viver em sociedade não há como fugir dessas “evoluções” – entre aspas. O reconhecimento das diferenças, o respeito à individualidade aproximam e humanizam ainda mais o ser homem. A cultura de cada povo tem e traz elementos que enriquecem a cultura do outro povo. Interagir com essas culturas, com esses valores, princípios, costumes, tradições torna-se fundamental para o equilíbrio da convivência social. Junto com os avanços, porém surgem dificuldades que por vezes deixam educadores sem saber como agir. É aí que entra a formação de paradigmas que orientam como agir diante de dificuldades que se apresentam. Estamos refletindo de como podemos fazer isso dentro da sala de aula.

Ao lado da diversidade cultural eu elencaria ainda um evento social, que se situa dentro da diversidade social mais ampla, mas que precisa ser pedagogizado de forma peculiar e com características próprias e diferenciadas das demais

dimensões na sala de aula. É o gênero sexual entre homem e mulher. Como diz Luiz Correia Lima, Doutor em História e professor da PUC do Rio de Janeiro, “estamos vivendo a mudança de um paradigma antropológico”. A heterossexualidade está deixando de ser o paradigma de gênero entre um casal natural para se tornar algo relativo e normalizado pela sociedade em favor da aceitação de qualquer gênero para a constituição de uniões homoafetivas que são uniões entre dois homens ou duas mulheres. A constituição desses pares para a formação de novos modelos de famílias validadas pela cultura da diversidade está longe de ser resolvida, mesmo sem ser preconceituosa em muitas sociedades. Há quem concorda que a desarticulação da família nuclear entre seus gêneros naturais, isto é homem e mulher, desarticulará por sua vez a própria sociedade. Certos ou não, nós professores e educadores temos de saber lidar com estas novas realidades que se encontram presentes nas nossas salas de aula. E temos de fazer isto sem medos, sem tabus e sem preconceitos. Melhor, com propriedade de conhecimento de causa e autoridade para mediar a formação de opinião e construção de conhecimento entre nossos adolescentes e jovens.

Neste sentido vou a partir de agora refletir sobre como vejo que nós professores podemos articular o conhecimento sobre estes paradigmas que estão aí. Alguns preocupam, outros não. Alguns são de conhecimento de todos, outros estão envoltos por preconceitos, desconhecimento e falta de formação de nossos professores para tratar dos temas em sala de aula. Vou fazer esta reflexão dialogando com alguns autores e usando a experiência em sala de aula nas disciplinas de Psicologia do Desenvolvimento e Educação em que estes temas são amplamente debatidos.

Pretendo me estender sobre os seguintes temas:

- Família;
- Educação básica familiar (educação moral);
- Conflito de gerações;
- Preconceito;
- Homossexualidade e Lesbianismo;

Em todos estes temas acima eu vou abordar as formas de como eles podem ser trabalhados em sala de aula. O objetivo é encaminhar o professor para a formação de concepções claras sobre os temas. Esta clareza talvez você não encontre aqui, hoje. Eu não sou e nunca pretendo ser dono da verdade, mas quero provocar para buscar uma verdade que possa ser suporte para mudar a concepção de nossos graduandos e futuros professores. Todos os alunos estão abertos para a formação do saber sobre estes temas. Cabe a nós professores permitir a discussão em sala de aula para que os futuros professores sejam orientadores com conhecimento, propriedade e autoridade para falar em sala de aula sobre qualquer tema que preocupa os alunos ou a sociedade. E quando, nós professores abrimos espaço para discussão em sala de aula, surgem diferentes concepções entre os próprios alunos que podem e deveriam ser ressignificados na própria formação do futuro professor. Escutamos muito pouco os nossos alunos. Permitimos pouco diálogo e menos dialética ainda em sala de aula. Parece que nós professores temos medo dos alunos saberem algo melhor do que nós. Faltam-nos humildade, muitas vezes e sobra-nos arrogância, outras vezes.

Mas enfim, começemos então pela família. Começemos por uma pergunta, cuja resposta não está clara entre professores. Que família? Qualquer um de vocês, do auditório, saberia rapidamente dizer quantos modelos de família devem ser trabalhados em sala de aula?

Isto que vou lhes sugerir, são apenas ideias com as quais trabalho em sala de aula, dialetizando e pedagogizando com os alunos. Reitero, a abertura de deixar falar o aluno antes de você articular o conhecimento sobre os temas é, para mim, o melhor caminho. O aluno sabe. E muitas vezes nos ajuda encontrar a ponte entre o que queremos ensinar e o que o aluno quer saber.

Para começar, nós professores devemos saber o que acontece com as categorias que vamos ensinar em algumas dimensões básicas e articular isso com os alunos.

A Constituição Brasileira, no capítulo VII, artigo 226, § 3º e 4º diz que:

“§ 3º Para efeito da proteção do Estado, é reconhecida a união estável entre o homem e a mulher como entidade familiar, devendo a lei facilitar sua conversão em casamento.

§ 4º Entende-se, também, como entidade familiar a comunidade formada por qualquer dos pais e seus descendentes.”

Interpretando isso. Família, para a Constituição, é um homem e uma mulher em união estável. Ou mulher, ou homem – no caso de pais separados – vivendo com seus filhos. Para a Lei maior, família é isso. Esta é a primeira lição que devemos fazer: mostrar o que a Lei, o Estado, os Governos nos dizem a respeito do que vamos trabalhar. Quando isto é possível. Ou seja, quando a lei rege o que estamos fazendo em sala de aula.

Mas, a partir do Estado, das leis, dos governos idealizamos uma realidade. E a realidade, de fato, aquela em que vivemos nem sempre é como nos diz a lei, como querem os programas educacionais. E família também já deixou de ser apenas o que a Lei nos diz. Assim, nós temos alguns tipos de família que já encontram jurisprudência a favor na Justiça brasileira. É o caso de uniões entre homoafetivos. Isto implica em transgredir o modelo de família que a constituição deseja. Ou seja, temos “famílias” entre dois homens e seus “filhos”; e temos família entre duas mulheres e seus “filhos”. Os filhos entre ambos aqui estão entre aspas (“”).

A partir do que dissemos já temos 4 tipos de famílias que facilmente podem ser identificadas nas realidades educacionais da nossa região: 1) homem e mulher; 2) pais separados, morando com os filhos; 3) dois homens, e seus possíveis “filhos”; 4) duas mulheres, com seus possíveis “filhos”.

Pergunto: eu como professor, sei como trabalhar estes 4 modelos de família junto aos meus alunos? Cada um deve responder esta pergunta para si. O que não podemos fazer é ignorar estas realidades nos conteúdos escolares. Além destes modelos, outros existem. Mas, digamos a título de base, vamos refletir sobre estes quatro modelos.

Como já disse em algum momento desta reflexão, como em todas as realidades, temos eventos, movimentos ou comportamentos que podem ser

naturais e outros que podem ser normais. Devemos deixar claro para nossos alunos que natural é aquilo que a natureza sugere para o homem. Com leis imutáveis e que precisam ser respeitadas para viver em harmonia com a natureza. Em sociedade, porém precisamos entender e principalmente aceitar o normal que é criado pela sociedade através de leis, normas, ajustes, adequações, legitimações, regras e educação moral e ética que podem estar escritas ou não.

Assim, temos modelos de famílias que são naturais e outras que são normais. Se natural é uma lei que se estabelece a partir de uma ordem ôntica, inerente e intransferível, família natural é aquela estabelecida entre um homem e uma mulher. Por que? Porque só ela pode gerar a continuação desse evento – homem e mulher = constituição da instituição família, que também é social – a partir da continuação da espécie, que são os filhos. Mas alguém poderia perguntar, ou se opor: mas a ciência já pode gerar esses “filhos” – que seriam o pressuposto da defesa da família natural de outras formas, sem ser necessariamente dentro da instituição da família tradicional, ou a natural, como aqui se defende. Responderia, sim. A ciência pode. Mas, ela pode apenas com a participação dos dois suportes naturais para isso: homem e mulher. Sem eles a ciência não pode, ao menos por enquanto gerar filhos.

Outras referências e outras reflexões surgem em relação ao que é natural e o que é normal. Muitos conflitos, muitas contradições entre os alunos. Há os que não conseguem diferenciar o natural do normal. Outros alunos entendem com facilidade. Muitos, ainda, dialetizam defendendo que o normal também pode ser natural. A sociedade, de um modo geral confunde natural com normal. Assim por exemplo usar roupa é algo natural, para a sociedade. Mas não é. Usar roupa é algo normal, naturalizado pelo homem, pela cultura. É “natural” o menino na escola ficar com preguiça quando não há merenda. Não. Isso é normal e é consequência da falta de merenda que gera um déficit no organismo. Natural é o menino fazer seu lanche, ter a merenda. Aí, sim, natural vai ser o resultado positivo da aprendizagem diante da motivação exercida pelo professor.

Esta é a maneira de defender o que é a família natural e o que é a família normal. Família natural é um homem e uma mulher gerando filhos a partir de sua

natureza. Famílias normais são as outras uniões que se estabelecem a partir de eventos e comportamentos sociais validadas por leis ou legitimadas pela convivência em sociedade e pela cultura.

Como professor, qual é a família que devo defender? Nenhuma! Em sala de aula eu preciso orientar e falar sobre todos os modelos de famílias sem sequer mencionar que uma é melhor que outra. Se eu fizer isto, não serei ético e nem tenho direito de defender o respeito a diversidade e a multiculturalidade, termos que movem a mobilidade social, atualmente.

Assim, podemos ter famílias nas comunidades escolares dos tipos heterossexuais – homem e mulher –, de pais separados e homoafetivos, que seriam as famílias formadas por dois homens – homossexuais – e duas mulheres – lésbicas.

Em relação a generalização do termo “homossexual” para homem e mulher eu trabalho em sala de aula e sugiro aos futuros professores o mesmo, diferenciar o homossexual para homem e lésbica para mulher. Se os dois termos existem e designam cada um uma especificidade de gênero, nós professores podemos transgredir os termos para adequá-los a realidade social e colaborar para eliminar submissão da mulher ao masculino que se pretende perpetuar até na linguagem. Essa transgressão eu estou sugerindo a partir da minha experiência e não a partir de algum autor. Quando eu escuto ou leio “casal homossexual entre duas mulheres” – considero um preconceito mesmo. Isto é, não se tem a consciência em usar um termo que existe para este tipo de relação. E é incrível como nunca se ouve o contrário: casal de “lésbicas” entre dois homens. Mas, isso são apenas devaneios subjetivos deste modesto observador que lhes fala. Podem resultar em efeito positivo ou não.

Teríamos muito mais a falar sobre a família. Mas, como já disse, aqui você terá apenas uma referência que lhe pode ser útil. Muitas outras leituras serão necessárias para articular estes conteúdos em cada realidade em que atuamos. O mais importante aqui é validar o diálogo e a orientação, sem preconceitos e sem pretender ser o dono da verdade sobre qual família é a melhor. Em diversas regiões do mundo a mudança da concepção de família está caminhando para a

normalização e a consequente e necessária aceitação da diversidade familiar. E a sua inserção no cenário educacional precisa se ajustar ao que a sociedade já vive. Caso contrário estaremos cada vez mais longe de uma pretensa educação para a vida.

Isto não significa que eu, como professor, não posso ter a minha postura pessoal em relação ao tema. As minhas convicções, os meus princípios, os meus valores são de extrema importância. Mas, em sala de aula eu preciso orientar e não defender princípios e comportamentos que podem não ser os mesmos para os meus alunos. Exemplo, a família do aluno pode ser lésbica, homossexual, de pais separados e a família que eu defendo pode ser a heterossexual ou a natural.

A diversidade me permite pensar como desejo, mas não me permite atuar em sala de aula conforme aquilo que eu considero correto ou ideal na sociedade. Preciso como professor acompanhar e atualizar meu discurso padagógico de acordo com a realidade em que vive o aluno. O mesmo acontece em relação às religiões. Posso viver, defender e acreditar que a minha é a melhor de todas, mas em sala de aula devo respeitar todas. E respeitar todas é aceitar os diferentes argumentos de meus alunos a favor de suas bases de vida, de comportamento, de princípios, que podem não ser os mesmos que eu defendo.

O segundo tópico sobre o qual desejo refletir um pouco e deixar alguma contribuição para vocês é o papel da família na primeira educação da criança. Alguns chamam essa educação de educação moral, educação inicial, educação básica, educação familiar inicial, entre outras. Eu vou chamar de primeira educação, por que cada dia fica mais claro entre educadores, pesquisadores de que boa parte da educação para o comportamento adulto e posteriormente social ocorre na família. E alguns autores já estabelecem que em torno de 90% do que nós chamamos de caráter é ensinado na família até os 3 anos de idade. Se estes autores têm razão, poderíamos perguntar: que tipo de educação estamos dando para nossas crianças nesta faixa etária? Se o comportamento social está cada vez mais difícil de ser considerado ideal, há alguma coisa errada na educação que nossos filhos estão recebendo nos primeiros anos de vida.

É preciso entender que esta permissividade que está culminando em todas as preocupações de pais e educadores sobre o comportamento social de nossos adolescentes e jovens e que vem dificultando o trabalho educativo é uma construção histórica. Quando se tirou dos pais a autoridade de atuar sobre os filhos à sua maneira, muitas vezes pela força bruta, pelo autoritarismo, esqueceu-se de mostrar os caminhos que levariam os filhos ao comportamento moral e ético saudável dentro da sociedade. Com os pais confusos, sem saber o que fazer, construímos a permissividade. E com ela a sociedade está perdendo valores como respeito, limite, caráter e o bom senso em relação ao outro. Assim, o professor é qualquer um e pode ser tratado como qualquer um. Quem não aprendeu a respeitar os pais na idade em que devia, não vai entender que precisa respeitar o professor, que afinal é alguém estranho em relação ao convívio do menino. Assim cito novamente o exemplo já referido acima e que aconteceu aqui em uma de nossas escolas: um menino de 3 anos se sente à vontade para cuspir na professora sem entender que isto é errado.

Este respeito e esta educação é o que chamo de primeira educação. E esta deve ser dada na família. Não há outro lugar. A escola ainda está ausente nesta idade. A criança passa a maior parte do tempo na família e é na família que está o primeiro modelo a ser imitado e internalizado pela criança. O pai e a mãe ou os responsáveis, ou ainda os cuidadores das crianças devem entender este papel, este compromisso.

Como professores temos de orientar nossos futuros pais, professores e agentes sociais mais amplos de que a mudança acontece quando assumimos um papel claro de como podemos mudar o comportamento de nossas crianças. Não é preciso bater nas crianças, mas é preciso dar exemplo, ensinar respeito e limite para que a sociedade do futuro não deixe de existir por nossa própria culpa. Ou pior, para que não tenhamos de voltar no futuro a bater em nossos filhos para que aprendam respeitar e ter limites na vida social.

O paradigma comportamental social vigente hoje é o desrespeito ao outro, completa falta de limites e a ausência de bom senso. Sem estes três valores sucumbimos a uma sociedade em que não existirá mais o outro. Assim, no

trânsito, na sociedade, no convívio, na família, na escola, o outro é apenas uma referência que não encontra em mim um valor significativo. O outro é invisível.

Como jovem, posso passar por cima de todos estes valores e achar que posso me comportar como quero, sem medir consequências e nem me preocupar com responsabilidades. A consequência tende a ser uma sociedade cuja mobilidade se transforma em algo inaceitável. Cresce a violência, a agressividade extrapola os limites do tolerável e a convivência torna-se cada vez mais complexa ou em alguns casos até impossível.

É o exemplo do que vem acontecendo em muitas escolas do nosso país e também de forma menos significativa – felizmente – em nossa região. Mas, já encontramos em escolas da região exemplos de violência e agressões físicas a professores e colegas tão explícitas e condenáveis como encontramos em São Paulo ou no Rio de Janeiro, onde o comportamento anti-social está provocando mudanças no paradigma comportamental de professores e estudantes. A permissividade, deixada em segundo plano ao longo dos anos, permitiu aos alunos criar asas para a imaginação agressiva em todas as dimensões e sempre voltada contra seus educadores, sejam estes pais ou professores. Uma coisa é certa: uma sociedade que não educa para limites será uma sociedade sem limites.

Então, um dos muitos papéis que o professor deve exercer é fomentar uma mentalidade nos futuros professores, graduandos e alunos no sentido de mudar a concepção em torno da falta de significado que tem o limite atualmente na nossa sociedade. Exemplos flagrantes que vemos todos os dias: desrespeito aos mais velhos; “fura-filas” em bancos e outras instituições governamentais; falta total de equilíbrio entre autoridade e limite na educação dos filhos; individualismo entre professores, mesmo entre professores universitários; preconceito contra a mulher; falta de bom senso e de tolerância com o outro. Atenção especial no futuro deve ser dirigida à dimensão do trânsito. Nesta dimensão, há muito tempo nos comportamos como se estivéssemos sozinhos no volante. O outro não existe ou está invisível. E quando nosso humor está alterado, o outro pode ser visto como um inimigo mortal sobre o qual é melhor passar por cima literalmente antes que ele passe em cima de nós.

Novas mudanças estão em processo para mudar as leis do trânsito. Mas não é o suficiente. É preciso educar as crianças de hoje que serão os futuros motoristas, os futuros gestores, os futuros protagonistas de uma sociedade pior, ou melhor, do que a atual. E isto depende de nós professores.

Como então orientar e trabalhar a primeira educação da criança dentro da sala de aula no sentido de mudar a realidade social do futuro? Aqui as sugestões são voltadas ao Ensino Médio, aos futuros professores e aos graduandos. Como na temática do modelo familiar, também aqui, e sempre o farei, o primeiro instrumento é o diálogo em sala de aula. É preciso que o professor fale menos e escute mais os seus alunos. O aluno gosta de falar e debater. Mas as oportunidades que lhes damos são poucas. Por isso a insegurança e o medo de se apresentar e falar para os colegas. A temática da primeira educação encontra sempre exemplos diversos nas próprias realidades dos alunos. Por isso é fundamental encaminhar o debate com os alunos. A partir da “geração do tema” – como dizia Paulo Freire – podemos articular os exemplos de vida e da realidade social dos alunos com o que dizem pesquisas, estudos e também teorias sobre o que podemos fazer para mudar a visão do futuro.

Se estamos de acordo que a permissividade e a sua consequente falta de limites traduzida no comportamento agressivo e anti-social vigente, devemos encontrar o ponto de partida onde podem e devem ser orientadas mudanças possíveis. Eu acredito que a partir da experiência em sala de aula sobre este tópico que este ponto de partida encontramos com facilidade na dialética em sala de aula. Isto é, escutar os alunos sobre experiências e fatos que eles vivem todo dia. Eles mesmos apontam o que deve mudar e o que precisa mudar. Muitas vezes o próprio aluno vê a sua própria família e a sua própria experiência de vida como o melhor indicador de como deve ser feita esta mudança. Quando articulamos o que as pesquisas dizem sobre a primeira educação – a educação familiar até os três anos de idade – com o que os alunos trazem da experiência social, o resultado é a concordância de que é urgente mudar a visão sobre como a família deve educar para o limite e a responsabilidade nos primeiros três anos de vida.

Alguém poderia perguntar: e a criança já entende o que é limite e responsabilidade nesta idade? Segundo as pesquisas sim. Claro, dentro da sua dimensão. Como já afirmei antes, os pais e os primeiros educadores e cuidadores tendem a ser modelos que por vezes a criança leva para o resto da vida. Então, provocar esta discussão em sala de aula com nossos alunos fará ver que podemos mudar a educação permissiva para uma educação positiva e para o limite nos três primeiros anos de vida sim. Mas reforço, o debate, a articulação dos conhecimentos com o que os alunos sabem e conhecem sempre é um bom ponto de partida.

O terceiro tema que quero abordar é o **conflito de gerações** que está presente e pode traduzir-se em comportamentos positivos ou negativos a partir da educação familiar e escolar. Aqui se deve focar o aluno na direção de mudar o comportamento educacional dos futuros pais, que hoje são nossos alunos. Dos pais atuais poucos sabem como orientar sobre as mudanças biológicas e especialmente as psicológicas que acontecem na idade dos seus filhos dos 9/10 anos até os 15/18 anos. O despertar da sexualidade, principal evento que se anuncia nesta idade, era e ainda é tabu para a maior parte de nossos educadores e mais ainda para nossos pais. Falar de orientação e educação sexual para a maior parte dos professores é um sofrimento e até constrangimento.

O conflito de gerações caracteriza-se por alguns eventos que são responsáveis pela maior parte dos comportamentos do adolescente. A entrada na puberdade provoca alterações que vão do humor à dimensão psicológica com implicações sérias a partir da orientação correta ou equivocada. O entendimento do que acontece com o corpo do menino e da menina aliada com uma orientação clara é infalível para um saudável equilíbrio desta importante fase da vida.

Os dois pontos biológicos principais deste conflito são a menarca e a poluição. Pode parecer exagero dizer, mas as alterações que se manifestam a partir destes dois eventos provocam uma alteração de comportamento no modo de pensar e de agir do adolescente. A menarca, que é a primeira menstruação, altera todo corpo da futura mulher e altera também seu humor. Especialmente quando não é orientada para as mudanças que estão ocorrendo. Nós professores

temos o dever de ser claros quando orientamos. É preciso dizer com as palavras exatas que as mudanças a partir da menarca são o crescimento dos seios, o crescimento acelerado da musculatura da menina, os hormônios produzidos com mais especificidade provocam o interesse pela sexualidade oposta. Os namoros são naturais e não normais neste período. É preciso dizer que a partir da menstruação a menina pode engravidar, porque a sexualidade faz parte da vida do jovem cada vez mais cedo. Mas é preciso alertar que menstruar não significa estar totalmente preparada para ter e gerar filhos. O corpo da mulher entra no mundo da possibilidade de gerar os filhos. Mas a vida da menina se engravidar ao tornar-se mulher nesta idade, perde as melhores perspectivas da vida com uma inesperada ou irresponsável gravidez. É preciso dizer com as palavras exatas o que pode acontecer se a vida sexual ocorre de forma irresponsável. Explicar como a prevenção funciona, tanto a feminina e masculina. A mulher tem na camisinha feminina sua maior aposta de uma vida sexual mais autônoma e preventiva, já que boa parte dos homens insiste em não usar a camisinha na hora do ato sexual. Alguém pode perguntar: professor isso não é fomentar, motivar a menina para a vida sexual? A resposta é não. Isso significa orientar para tudo que pode acontecer com a menina quando ela entra na atividade sexual. Ou alguém acredita que a sexualidade de nossos filhos começa somente lá pelos 15 anos? Os filhos e filhas de vocês, com 10 anos terão sua namorada e namorado e farão nesta idade tudo o que os vossos pais só fizeram aos 18 ou 20 anos. Os tempos estão mudando. Segurar o tempo é ilusão. Nós é que precisamos mudar. E os professores devem ser os precursores em orientar para um comportamento mais saudável dentro do novo paradigma comportamental dos nossos jovens. Não podemos exigir que nossos jovens mudem de comportamento, mas podemos lhes ensinar o que fazer para ter comportamentos mais saudáveis.

Nos meninos a poluição, que é a primeira ejaculação, e que também abre as portas para a entrada na vida procriadora, provoca mudanças também na dimensão biológica e psicológica. Na biológica os eventos perturbam menos os meninos do que as meninas. O crescimento de pelos em diversas regiões do corpo é esperada por muitos meninos que sempre tem o desejo de serem adultos

antes do tempo. Nas mudanças sexuais vale tudo que vale para a menina em termos de orientação sexual na escola. Toda orientação deve ser direcionada para uma vida social saudável, equilibrada e principalmente preventiva. Ainda carregamos o paradigma de que o menino para ser “macho” pode e a menina para ser realmente mulher deve se preservar. Discutir este tabu machista rende boas discussões em sala de aula. E a maior parte dos meninos pensa dessa forma. Eles podem e as meninas devem ser diferentes. A orientação para a igualdade comportamental entre meninos e meninas precisa ser construída em sala de aula. E novamente nós professores temos este papel, porque os pais, em sua maioria, não sabem como fazer isso. E o menino que vem de casa com a ideia de que ele é diferente no comportamento sexual da menina, já identifica que pais e que educação sexual ele teve em casa. Um professor que provoca o debate da sexualidade em sala de aula entre meninos e meninas de forma saudável, com propriedade, com autoridade, pode fazer a diferença no futuro deste jovem.

No conflito de gerações temos uma outra dimensão que tem nos professores um aliado para tornar essa fase menos conflituosa. É o conflito de ideias que é uma das principais preocupações de pais, professores e educadores. Os jovens querem mudar o mundo começando pelos seus pais. Esta vontade de transformar tudo e todos encontra resistência exatamente no mundo adulto. A rápida transformação do comportamento ideal para o comportamento livre provoca transtornos e problemas para a sociedade que nem pais e nem jovens entendem.

Para nós professores é importante orientar no sentido de como esta dimensão se coloca para o jovem e o que ele pode fazer em termos de conhecimento para entender a si mesmo e o mundo adulto. Mais uma vez nós professores podemos e devemos oferecer orientação segura.

As gerações obedecem sempre a três momentos históricos: o ontem, o hoje e o amanhã. No conflito de gerações também encontramos estes três momentos e são fontes de uma boa discussão em sala de aula.

A geração de ontem não conhecia celular, jogos eletrônicos, internet e outros acessos virtuais e facilidades que o mundo capitalista tornou acessível. O jovem de ontem era ideológico, brigava com a razão e pela razão. Seus pais

educavam para o compromisso e a responsabilidade. Namorar era sério, casar era para sempre. Vieram os filhos e a mudança social implicou em adotar modelos de educação entre a ainda autoridade de seus pais e a liberdade fomentada pelos novos tempos. Surge o jovem de múltiplas facetas, mas sem rumo definido.

O hoje está caracterizado pelo paradigma da transitoriedade dos valores. Quer dizer, nenhum valor é absoluto, nenhuma verdade precisa ser contemplada, pode-se criar uma verdade própria. O comportamento, como não tem mais modelo a ser seguido, fica livre e pode ser reinventado pelo jovem à sua maneira. Namorar é coisa de momento, casamento é algo que está saindo de moda. Ninguém é de ninguém e todo mundo é de todo mundo. Mais experiência sexual significa mais conteúdo nas rodas de conversas. A sexualidade virou libertinagem e em alguns casos sacanagem mesmo.

O que irá acontecer com este jovem é que ele será o maior prejudicado em toda esta história. Logo ele será pai e não saberá o que fazer com a educação de seus filhos. Ele irá perceber, mais cedo ou mais tarde, que a liberdade comportamental tem um preço que deve ser pago, mais cedo ou mais tarde, também. A responsabilidade social e o compromisso com valores – que deverão ser reinventados por ele mesmo – adquirem seu lugar na mobilidade social. Como ele não quis aprender, ou a educação não conseguiu convencê-lo de que isso era importante, ele irá criar um novo paradigma onde se apoiará para seguir sua vida. E assim caminha a humanidade e a educação.

E como última categoria vamos refletir sobre o preconceito fazendo uma conexão com seu principal foco social: a homoafetividade. O tema é complexo porque encontramos dificuldade de motivar debates em sala de aula com nossos alunos, primeiro porque não procuramos nos informar e segundo por que não reunimos bons textos para os alunos que os provoquem no sentido de entender o que é natural e normal, o que pede a diversidade – que é o respeito ao diferente – e o que é realmente o preconceito.

Aqui enfatizo a busca da informação pelo professor porque os cursos de formação para professores não têm disciplina curricular e nem professores formadores capazes de orientar os futuros professores como trabalhar a

homoafetividade em sala de aula. Mas todos sabemos que a homoafetividade está presente nos nossos relacionamentos e se torna cada vez mais significativa com os avanços jurídicos no sentido de legitimar as uniões entre os iguais.

Primeiro vamos desconstruir o preconceito. Como professor tenho de ter claro o que é e o que não é preconceito. A palavra preconceito é uma das palavras que tem a força de causar a mais imediata das reações: em um primeiro momento ninguém se assume preconceituoso e após poucas palavras pode facilmente admitir que de alguma forma todos somos preconceituosos. É normal que assim seja. Mas entre professores não pode ser assim. Ou somos preconceituosos em relação a uma situação ou não somos. Vamos tentar ver como isso acontece.

Eu diria que podemos pensar na palavra preconceito de duas maneiras elementares: 1) pré-conceito, com hífen mesmo, que seria a falta total de conhecimento sobre o tema, a situação, ou sobre a categoria; 2) preconceito, junto, quando objetivamos, exteriorizamos em forma de comportamento atitudes de competição, de agressão, de violência, de desrespeito e de falta de bom senso.

Vamos ver como estas duas formas de trabalhar a categoria preconceito poderia ser aplicada a um exemplo prático, da vida real. Vamos usar como exemplo a própria homoafetividade que se caracteriza sempre um bom exemplo para bons e significativos debates polêmicos em qualquer sala de aula. Segundo qualquer dicionário pré-conceito significa um conceito formado antecipadamente a um estudo mais minucioso, mais específico. Isso significaria no nosso exemplo que eu não sei nada sobre os homoafetivos, sua maneira de se comportar, o que são, como vivem, onde estão, suas manifestações, suas lutas, seus direitos, se são normais ou não, não sei nada, nunca li nada. Neste caso vamos perceber que poucos professores e poucos alunos são realmente preconceituosos em relação a homoafetividade. Sabemos onde eles estão, o que querem, até participamos das suas manifestações nos desfiles “gays” em nossas cidades, sabemos das suas lutas pelos seus direitos, sobre a homofobia, sobre o direito a uniões estáveis e outros. Portanto não podemos nos caracterizar como preconceituosos em relação

a homoafetividade. Sabemos tudo e às vezes sabemos mais do que os próprios homoafetivos.

Como aplicar ao mesmo exemplo à segunda maneira de pensar sobre esta categoria? Simples. Quando eu sei de tudo sobre o que os homoafetivos representam, o que buscam, o que a sociedade está fazendo para legitimar ou normalizar os comportamentos homoafetivos, mas uso de violência simbólica ou mesmo atitudinal contra eles então sim eu sou preconceituoso. Podemos então pensar que ser preconceituoso tem uma relação próxima com meu comportamento em relação a uma situação, a uma dimensão, a uma categoria. E este comportamento deve ser no sentido da violência, da agressão, seja ela simbólica ou real.

Em relação a homoafetividade temos de pensar em não confundir o que eu penso como normal, natural ou até aceitável a partir dos meus princípios e valores. Não posso confundir a minha relação com o que considero sensato, valorativo e ético ou moralmente correto com uma relação social. Exemplo: não preciso considerar moralmente certa a legitimação da união homossexual ou lésbica. Mas como educador é prudente não manifestar esta atitude em sala de aula, pois ela pode implicar em entendimento errado confundindo-se com preconceito por parte dos alunos. Vejo e penso que o papel do educador é orientar de acordo com o que a sociedade vive e considera válido. Também preciso orientar para o aluno saber distinguir o que é natural, o que é normal e o que a diversidade torna normal e até natural. É comum ouvir que a união homoafetiva – e deve-se entender aqui a união homoerótizada – é natural. Mas ela não é e nunca vai ser. A homoafetividade não tem sexo e nem atividade sexual. Quando a união homoafetiva é homoerótizada, ela deixa de ser natural, podendo ser normal dentro de cada cultura. Natural é sempre o que a natureza estabelece como lógica dentro de um processo em que as leis e seus movimentos não podem ser alterados. Exemplo: para o ser humano se perpetuar como espécie ele precisa unir-se, sexualmente, com o sexo oposto. Entre o mesmo sexo isto pode até se tornar viável cientificamente. Mas isso nunca vai ser um processo natural e sim normal, validado pela sociedade.

Em sala de aula eu preciso, como educador, ajustar-me a convivência sadia e equilibrada com a diversidade, com as diferentes formas de as pessoas se assumirem em sociedade. E a afetividade significa a dimensão em que estão ocorrendo as mudanças mais significativas e de maior impacto em nossas vidas como professores. De repente entramos na sala de aula e temos meninos homossexuais, meninas lésbicas, pais de meninos do mesmo sexo, duas mulheres serem mãe e pai ao mesmo tempo e por aí vai. Como eu já disse anteriormente, não preciso aceitar estes comportamentos como os melhores para minha família e até para minha sociedade, mas não tenho como fugir de ser educador em sala de aula para todos, independente de orientação ou opção sexual ou afetiva. Mas também é meu papel o de orientar como estes comportamentos podem afetar a vida das futuras gerações, sem ser alarmista ou apocalíptico, pois nem eu como educador e ninguém sabe qual é o futuro que nos espera. Temos de preparar nossos jovens para serem felizes agora e fazê-los pensar sobre suas escolhas de forma livre, sem esquecer de alertá-los a pensar nas suas responsabilidades e consequências de seus atos, para si e para os outros.

Em relação então a dimensão da categoria do preconceito percebemos que ele pode ter duas dimensões. A teórica, quando eu sei do que se trata, mas tenho salvaguardada a minha postura de valores, de princípios, de ética e de moral. Não sou obrigado a aceitar como corretas os comportamentos, mas não posso como educador querer forçar meus alunos a seguir a minha postura. Ainda que devo ter um comportamento coerente com meus princípios que podem valer mais do que defender meus princípios em sala de aula. E a outra dimensão é a prática. Ou seja, eu sou preconceituoso quando tenho um comportamento que impede o livre direito do outro em sua diversidade. E esta prática pode ser de forma simbólica.

O que precisa ficar claro aqui é que na maior parte das vezes não somos preconceituosos. Temos conceito das situações. Então há uma confusão em relação ao próprio conceito de ser preconceituoso.

E assim, espero ter contribuído para que alguns busquem outras leituras, outros diálogos com os temas mais polêmicos das nossas relações pedagógicas.

A todos e todas, obrigado pelo carinho desta parceria.

* Professor “pêpê” (Paulo Pedro Schuetz) – Professor Substituto do Departamento de Educação – URCA – Cariri.

* **Blog:** <http://paulopedro.blogspot.com/>

* **Site:** <http://p.p.urca.vilabol.uol.com.br/>

* **E-mail:** p.p.urca@hotmail.com